



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO¹

Emitente: Controladoria Geral Interna

Entidade: Prefeitura do Município de Santa Maria de Jetibá

Gestor responsável: Ronan Zocoloto Souza Dutra

Exercício: 2025

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Em observância ao disposto no artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a presente Unidade de Controle Interno procedeu, no exercício anteriormente mencionado, à realização de atividades de controle com a finalidade de prestar apoio ao controle externo no desempenho de sua missão institucional, em consonância com os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

Na sequência, são apresentados os pontos de controle previamente selecionados para análise, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna PAAI/2025, instituído pelo Decreto nº 123/2025, os quais são elencados na Tabela Referencial 1, da Instrução Normativa nº 68, de 08 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como os procedimentos metodológicos adotados, seguidos das respectivas constatações, recomendações e proposições formuladas, culminando, ao final, na emissão de parecer conclusivo por esta unidade.

Cumprе destacar que, dentre os itens objeto de avaliação, parcela significativa foi examinada por meio da análise de relatórios extraídos de sistemas informatizados utilizados pelo

¹ Artigos 76, § 3º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 122, § 5º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC-261/2013).



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ente municipal, bem como por verificações in loco junto às respectivas unidades administrativas.

Registra-se, ainda, que determinados itens elencados não foram submetidos a procedimentos formais de auditoria, sendo analisados por meio de verificações documentais, consultas a sistemas, análise de processos administrativos e levantamento de informações pertinentes.

Ressalta-se que, em diversos casos, a normativa aplicável previa a realização de auditoria governamental de conformidade como procedimento ideal. Contudo, em razão de limitações de ordem temporal, não foi possível executar integralmente a metodologia originalmente sugerida, sendo adotados, alternativamente, procedimentos de verificação simplificada, sem prejuízo da análise dos aspectos considerados relevantes.

Por fim, apresenta-se, a seguir, síntese consolidada das avaliações realizadas no período em referência.

Nº do Ponto de Controle	Assunto	Auditor Público Interno responsável pela análise	Matrícula/Conselho de Classe
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	contas		23361/O
2.2.59	Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.2.60	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada.	Amanda Lima Félix Veloso	53.232 / CRC/ES nº 23361/O
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.26	Censo Atuarial	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Gabriel Bastos Plantickow	053233
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Gabriel Bastos Plantickow	053233



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. ITENS AVALIADOS

Código	Objeto /Ponto de Controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	2026-RFJKJ	CRFB/88, art. 168	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Repasse ao Poder Legislativo R\$ 12.232.792,48	Repasse ao Poder Legislativo R\$ 12.232.792,48
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	2026-JZZGX	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Receita R\$ 40.898.170,31 / Despesa Empenhada R\$ 15.142.028,91	Receita R\$ 40.898.170,31 / Despesa Empenhada R\$ 15.142.028,91
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	2026-JZZGX	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Déficit atuarial -R\$ 129.249.627,86	Déficit atuarial -R\$ 129.249.627,86

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	2026-90JH3	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil	Dívida Ativa R\$ 7.616.247,83	Dívida Ativa R\$ 7.616.247,83
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	2026-90JH3	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Dívida Ativa R\$ 7.616.247,83	Dívida Ativa R\$ 7.616.247,83
1.4.1	Educação – aplicação mínima	2026-0K0K6	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso de os Municípios validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades da PCA	R\$ 67.956.119,90 - Despesas MDE até dezembro de 2025	R\$ 67.956.119,90 - Despesas MDE até dezembro de 2025
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	2026-0K0K6	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do	Valor total recursos disponíveis do Fundeb	Valor total recursos disponíveis do Fundeb

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso de os Municípios validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades da PCA	para utilização segundo o RREO exercício 2025 - R\$ 42.246.408,51	para utilização segundo o RREO exercício 2025 - R\$ 42.246.408,51
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	2026-QL5LK	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Valor aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde 6º Bimestre RREO - Receita Realizada R\$ 219.357.732,27	Despesas Empenhadas - R\$ 46.084.440,84
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	2026-M98T9	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de	Receita Corrente Líquida R\$ 288.090.554,94 / Despesa com Pessoal	Receita Corrente Líquida R\$ 288.090.554,94 / Despesa com Pessoal

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Consolidada R\$ 116.315.648,31 - Poder Executivo R\$ 111.102.666,49	Consolidada R\$ 116.315.648,31 - Poder Executivo R\$ 111.102.666,49
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	2026-M98T9	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	2026-M98T9	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	2026-M98T9	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO.	2026-M98T9	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31	Despesa com Pessoal Consolidada R\$ 116.315.648,31
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	2026-RFJKJ	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Repasse ao Poder Legislativo R\$ 12.232.792,48	Repasse ao Poder Legislativo R\$ 12.232.792,48

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.15	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente.	2026-7XL2S	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Dívida Consolidada R\$ 11.165.004,36	Dívida Consolidada R\$ 11.165.004,36
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual	2026-LXDRS	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	LDO 2025 e PPA 2021 a 2025.	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024 e PPA 2021 a 2025 - Lei nº 2.497/2021
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	2026-LXDRS	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	2026-LXDRS	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	2026-LXDRS	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024	LDO 2025 - Lei nº 2.828/2024
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	2026-2SQ60	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Portal da Transparência	Aba “Contas Públicas” “→”Audiências Públicas”
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	2026-2SQ60	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e	Portal da Transparência	Aba “Contas Públicas” e “Controle Interno”

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.		
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	2026-2SQ60	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Portal da Transparência	Abas “Receitas” e “Despesas”
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	2026-2SQ60	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Portal da Transparência	Abas “Controle Interno” → “Prestação de Contas Anual”



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.2.59	Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	2026-WH0DP	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	RGFs publicados	RGFs publicados
2.2.60	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	2026-WH0DP	LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	RGFs publicados	RGFs publicados
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	2026-8J8TB	CRFB/88, art. 100. /Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c. NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	2026-8J8TB	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada.	2026-7XL2S	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do	Dívida Consolidada R\$ 11.165.004,36	Dívida Consolidada R\$ 11.165.004,36

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.		
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	2026-ZPM0N	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Encaminhamento 2026-9Z4NNB / Processo 2026-ZPM0N	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

					no site institucional.	no site institucional.
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores	Encaminhamento 2026-9Z4NNB/ Processo 2026-ZPM0N	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 75.	Verificar se o ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Encaminhamento 2026-9Z4NNB/ Processo 2026-ZPM0N	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.	Informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá; informações presentes no site institucional.
2.5.26	Censo Atuarial	2026-VHD7Q	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a	Informações requeridas à Gerência de Recursos Humanos	Informações requeridas à Gerência de Recursos Humanos

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	(GERHU)	(GERHU)
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	2026-P9T8C	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Informações presentes no site institucional; informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores	Informações presentes no site institucional; informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	2026-P9T8C	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informações presentes no site institucional; informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores	Informações presentes no site institucional; informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



2.1. Constatações e proposições

Constatações das avaliações realizadas em exercícios anteriores que ainda não foram concluídos:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.6	O total da conta Ajustes de Perdas de R\$ 1.645.011,30 da Dívida Ativa Tributária e de R\$ 6.098.515,01 referente Dívida Ativa Não Tributária, totalizando o valor de R\$ 7.743.526,31. Esse ajuste representa 60,22 % do total da dívida ativa tributária e 95,57% da dívida ativa não tributária no exercício de 2024, sendo o total do ajuste representa 84,97% da dívida ativa total do ano de 2024.	Recomendações exaradas no Processo nº 003093/2024	Monitoramento 2026
1.3.7	Falta de observação das disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93, especialmente quanto à vigência contratual e à vigência dos créditos orçamentários, ainda maior aos contratos regidos pelo caput do artigo e sua correta escrituração contábil.	Processo nº 3.352/2021 recomendando adoção de providências junto à municipalidade.	Monitoramento 2026
1.3.7	Falha no planejamento de compras e contratos, acarretando contratos assinados que não são realmente realizados.	Processo nº 3.352/2021 recomendando adoção de providências junto à municipalidade.	Monitoramento 2026
1.3.7	Falhas na substituição facultativa dos contratos, conforme disposição do art. 62, § 4º da Lei nº 8.666/93.	Processo nº 3.352/2021 recomendando adoção de providências junto à municipalidade.	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.1	Com relação aos dados informados no SIOPE ele não se encontra compatível com a informação do RREO 3º bimestre publicado no Portal da Transparência, estando os índices relativos ao percentual de aplicação em MDE respectivamente, 27,76% e 22,69%.	Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECFAZ e da SECEDU.	Monitoramento 2026.
1.4.1	Os valores contidos na listagem de liquidações do sistema contábil não se mostram compatível com o RREO 3º bimestre.	Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECFAZ.	Monitoramento 2026.
1.4.3	As servidoras amostram retornaram aos seus dois vínculos em junho de 2022 e, não foi retirado a extensão de carga horária delas em virtude de estarem ocupando o cargo de Direção Escolar.	Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECEDU e da SECADM.	O processo nº 8.138/2022 retornou à esta Controladoria em 26/04/2023, contendo somente a manifestação da SECEDU informando que não solicitaram extensão de carga horária para o cargo de Diretor Escolar, sendo a nomeação feita a pedido e incluído automaticamente a carga horária de 40 horas. Desta forma não foi totalmente esclarecido uma vez que houve de fato o pagamento. Solicita-se manifestação da Secadm. Monitoramento em 2026.
1.4.3	Os empenhos da folha de pagamento não estão utilizando o elemento de despesa 319004 - Contratação por tempo determinado - nos casos em que se trata de profissionais com este tipo de vínculo.	Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECFAZ.	Monitoramento 2026.
1.4.3	Novamente notou-se que as liquidações de diárias não estão observando o histórico mínimo exigido em várias oportunidades.	Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECFAZ.	Monitoramento 2026.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.3	<p>Hora extra de Profissionais da educação: Amostra selecionada: Não possui nenhum registro no ponto eletrônico, portanto conclui-se preliminarmente que não o estão utilizando.</p> <p>Os documentos inseridos para suporte do pagamento são precários, não constando ponto manual, o que é obrigatório conforme determinação do art. 8º, § 2º do Decreto nº 1088/2017.</p> <p>No mês de maio de 2022 foi apresentado ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal documentos onde:</p> <p>Se faz solicitação através do OF nº 04/PMSMJ/SECEDU/PROPOMUS/2022 em 14/02/2022 de acréscimo de hora extra no valor de 08h semanais, por excedente ao limite legal de 40 h semanais, para tanto foi solicitado ajuste em carga horária do servidor. Estando de acordo o Secretário de Educação. Ocorre que a hora extra está sendo solicitada antecipadamente à sua efetiva ocorrência.</p> <p>Consta ainda fichas em nome das escolas EMEF João Lauvers, EMEIEF Antônio Gonçalves, EMEIF São Sebastião, contendo relação de servidores, data e horário de trabalho. Ocorre que nenhuma ficha foi assinada pelo respectivo Diretor, ainda o horário contido é das 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hs (Horário Britânico). Nas mesmas no dia 31/05 não consta horário de trabalho. No dia 26/05 não consta horário de trabalho e sim carimbo de feriado municipal. No dia 18/05 foi realizado observação de exercer atividade na EMEF Vila Jetibá.</p> <p>Assim não consta nenhuma informação dos dias 06, 09, 13, 16, 20, 23, 27 e 30/05.</p> <p>Se considerarmos os documentos apresentados, mesmo estando sem assinatura dos diretores escolares respectivos, só se comprova 10 horas extras no mês de maio/2022 e foram pagas</p>	<p>Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECEDU, SECJUR e da SECADM.</p>	<p>O processo nº 8.138/2022 retornou à esta Controladoria em 26/04/2023, contendo somente a manifestação da SECEDU que juntou aos autos documentos sobre o PROPOMUS.</p> <p>Quanto ao item da 7, I, a, que diz respeito ao ponto eletrônico informou fls. 021 que até meados do primeiro semestre de 2022 todos os profissionais da equipe do Programa Pomerano de Música apenas registravam seus pontos manualmente. No segundo semestre o Secretário de Educação orientou o registro mediante ambos os mecanismos, manual e eletrônico. Fez juntar pontos manuais do servidor em 2022.</p> <p>Verificamos que houve após a ciência do questionamento uma melhoria no quesito utilização do sistema eletrônico de ponto, conforme demonstra-se no relatório respectivo retirado do sistema nesta data. Contudo carece de autorização do CHEFE DO EXECUTIVO, conforme previsão do art. 8º do Decreto nº 1088/2017 para utilização do ponto manual nos dias não registrados.</p> <p>Quanto aos documentos enviados para pagamento, não é possível neste momento efetuar nova amostragem, recomendando o monitoramento em 2023.</p> <p>Quanto ao quesito 7, I, b, referente a solicitação antecipada de hora extra, foi informado a fls. 021 que “Sob a orientação do</p>
-------	--	---	---



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<p>32 horas.</p> <p>O referido servidor não se encontra recebendo a rubrica de extensão de carga horária, uma vez que em seu contrato administrativo de prestação de serviço ele foi contratado para 40 hs semanais com remuneração de R\$ 2.722,86. Ocorre que no Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Municipal (Lei nº 527/2000) em seu art. 26 a previsão é de 25 horas semanais para a Carreira do Magistério.</p> <p>Assim entendemos que a legislação impõe um limite a carga horária do Professor, que é de 40 horas semanais, pagável por meio da rubrica extensão de carga horária.</p> <p>Ocorre que na amostra verificada a extensão de fato está ocorrendo além do permissivo legal, sendo paga por meio de HORA EXTRA, presumida em alguns casos. Assim requer-se manifestação Jurídica quanto a aplicação de hora extra, seja presumida ou não, e ainda a carga horária superior ao limite de 40 horas semanais.</p> <p>Ocorre que o servidor fora contratado primariamente com a ampliação máxima de carga horária para em caráter emergencial e temporário exercer função pública destinada ao cargo efetivo de Professor PA.</p> <p>Assim é salutar que se demonstre qual a situação emergencial e temporária para admissão por meio de Processo Seletivo e não por Concurso Público que se enquadra a situação.</p> <p>Ainda que seja demonstrado o atendimento ao interesse público, uma vez que considerando a contratação do servidor para 40 hs semanais acrescidos de 8 hs semanais extras é superior financeiramente se houvesse contratado 02 Professores para lecionar 24 hs cada.</p>	<p>Secretário de Educação, o pagamento das 08 h excedentes ao limite legal foi articulado junto ao Setor de Recursos Humanos da pasta através do dispositivo de pagamento de hora extra, Eis a razão para solicitação da hora extra de maneira antecipada. Neste sentido, há completa coerência em relação aos argumentos levantados sobre a questão, isto é, a extensão foi cedida para além do permissivo legal posto das 40 h semanais.”</p> <p>Vejamos, não houve a manifestação da Secadm e da Secjur conforme recomendado. Portanto, é notório na própria manifestação da SECEDU, a adoção de prática TOTALMENTE IRREGULAR.</p> <p>Em consulta a ficha financeira do servidor em questão verificou-se que após ciência dos autos não houve mais pagamento de hora extra.</p> <p>Recomenda-se nova amostragem do item hora extra de profissionais da educação em 2023 e manifestação da SECADM e SECJUR.</p> <p>Quanto aos itens 7, I, c a e foram tragas informações aos autos. Recomenda-se nova amostragem em 2023.</p> <p>Quanto ao item 7, I, f não houve manifestação da SECADM e SECJUR, conforme requerido, o qual é reiterado à orientação quanto à manifestação. Não ficou</p>
--	---



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			<p>demonstrada a situação emergencial que possibilita a admissão por meio de Processo Seletivo.</p> <p>Manter monitoramento 2026</p>
1.4.3	<p>A servidora da amostra foi estendido a carga horária através da Portaria nº 1028/2022 para 40 horas semanais no período de 04/05/2022 a 07/07/2022.</p> <p>Verificou-se a comprovação são 32 horas extras em contraponto ao pagamento de 40 horas extras.</p>	<p>Foi solicitado através do Processo nº 8.138/2022, de 29/08/2022, manifestação da SECEDU, SECJUR e da SECADM.</p>	<p>O processo nº 8.138/2022 retornou à esta Controladoria em 26/04/2023, contendo somente a manifestação da SECEDU que informou em síntese que solicitou extensão de carga horária de 25 horas para 40 horas e a complementação de 10 horas semanais como horas extras para conseguirmos fechar o pagamento das aulas e dos planejamentos semanais de substituição.</p> <p>Informou ainda nas fls. 255 que no caso de substituição temporária de professores, solicita-se o pagamento de extensão de carga horária, mas não se exige nestes casos, o uso do ponto eletrônico.</p> <p>Entendemos que a conduta adota pela SECEDU quanto à não exigência de registro regular no sistema de ponto da extensão de carga horária é IRREGULAR.</p> <p>Monitoramento 2026</p>
1.4.3	<p>Merendeira estarem exercendo suas atividades na Secretaria de Educação e na Secretaria de Administração, uma vez que as atribuições do cargo (Lei nº 2.625/2022) são típicas de Unidade Escolar e não Administrativa.</p>	<p>recomenda-se a manifestação da SECADM e SECEDU quanto aos achados e o monitoramento em 2023, através do Processo nº 8.138/2022.</p>	<p>Monitoramento 2026</p>



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.3	Fundamentação legal para os servidores exercerem cargo de Coordenador Pedagógico e de área, bem como lei que criou os cargos e a portaria de designação.	recomenda-se a manifestação da SECADM e SECEDU quanto aos achados e o monitoramento em 2023, através do Processo nº 8.138/2022.	Monitoramento 2026
1.4.3	Servidores com local de trabalho em Unidades Escolares continuam na folha de pagamento da Secretaria e não no local efetivo.	recomenda-se a manifestação da SECADM e SECEDU quanto aos achados e o monitoramento em 2023, através do Processo nº 8.138/2022.	Monitoramento 206
1.4.3	Solicitada informação a SECEDU quanto a: salas de aula e nº de alunos por sala e Relação de Profissionais atuantes na unidade	Foi solicitado as informações a SECEDU no Processo nº 8.138/2022.	A Secedu em 26/04/2023, trouxe aos autos informação parcialmente, contido as fls. 269 a 271, informando quantidade de alunos por tipo de sala e total geral e de turmas. Monitoramento 2026
1.4.4	Lei nº 2.546/2022 e nº 239/1995 não consta o quantitativo máximo de servidores para exercer a função remunerada.	Através do Processo nº 8.930/2022 foi recomendado que fosse alterado a Lei nº 2.546/2022 e nº 239/1995 para constar o quantitativo máximo de servidores designados para cada função a ser remunerada.	Monitoramento 2026
2.1.3	Não há sistema de custos em funcionamento no ente municipal	Recomendou-se através do Processo nº 6.404/2022 a observação ao art. 50, § 3º da LC 101/2000, bem como sua forma de apuração.	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Constatações das avaliações realizadas no exercício vigente:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Processo nº 2026-RFJKJ Recomenda-se que o Poder Executivo adote medidas de controle e planejamento financeiro para assegurar que os repasses do duodécimo ao Poder Legislativo sejam realizados tempestivamente, em conformidade com o artigo 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e com a IN IF nº 004/2021, evitando a ocorrência de atrasos nas transferências mensais.	Monitoramento 2026
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários - conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Processo nº 2026-90JH3. Achados: Ausência de atualização do ajuste de perdas.	Monitoramento 2026
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Processo nº 2026-90JH3. Recomendação: Melhoria nas medidas de cobrança com ampliação da efetividade de cobranças.	Monitoramento 2026
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Processo nº 2026-0K0K6. Divergências no RREO, recomendação: 1. Acompanhar o chamado t_70588 aberto junto ao TCE-ES e assim que obtido o retorno quanto a inconsistência apurada realizar os devidos ajustes, se for necessário.	Monitoramento 2026
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Processo nº 2026-0K0K6. não atendimento ao disposto no art. 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020, que estabelece o limite máximo de 10% de superávit do VAAF, VAAT e VAAR, recomendação: Aguardar os esclarecimentos solicitados no encaminhamento (e-Docs nº 2026-7R5WPC) e adotar as providências cabíveis em relação à não observância da legislação	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Processo nº 2026-QL5LK. RREO do 6º Bimestre publicado no Portal de Transparência do município não constam os dados referentes às despesas em ASPS	Monitoramento 2026
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Processo nº 2026-M98T9. Recomendações: 1. Ao setor contábil a análise da origem da divergência gerada entre a Despesa de Pessoal informada pelo RGF 2025 e a divulgada no portal Cidades. 2. Publicação do RGF 2025 atualizado no Portal de Transparência do município.	Monitoramento 2026
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Processo nº 2026-LXDRS. Recomendação: 1.seja observado a disposição do art. 50, § 3º da LC 101/2000, bem como sua forma de apuração.	Monitoramento 2026
2.2.60	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	Processo nº 2026-2SQ60. Foram identificadas inconsistências pontuais, notadamente quanto à nomenclatura de anexos dos relatórios fiscais e à ausência de assinaturas obrigatórias no Relatório de Gestão Fiscal publicado, em desconformidade com dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Recomendações: 1. Adoção de medidas corretivas visando à regularização das inconsistências apontadas, com a devida atualização e republicação dos relatórios, a fim de garantir maior fidedignidade, padronização e atendimento integral às normas vigentes.	Monitoramento 2026
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Processo nº 2026-8J8TB. Achados: 1. Registro na conta 213110802000.P – Precatórios de Contas a Pagar – Regime Ordinário – a partir de 05/05/2000 – Vencidos e não pagos no valor de R\$ 13.181,22. Recomendações:	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Ajuste na conta patrimonial e destaque nas notas explicativas, visto tratar-se de inconsistência.	
--	--	---	--

3. DA GESTÃO

3.1 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Em análise das peças que tratam da gestão econômica-financeira do Município de Santa Maria de Jetibá, as quais retratam a consolidação dos dados da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Servidores e Câmara Municipal, pertencentes a Prestação de Contas Anual em conformidade com a Instrução Normativa nº 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

A execução orçamentária da despesa foi executada com base na Lei Orçamentária Anual nº 2.857 de 07 de novembro de 2024, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Lei Orgânica Municipal e Legislação Complementar, conforme quadro abaixo:

	Prefeitura Municipal	Saúde	Instituto	Câmara
Orçamento 2025	222.744.780,42	70.410.374,86	23.016.536,63	12.232.792,48
Total.....				328.404.484,39



As peças consideradas para melhor identificar a movimentação financeira e orçamentária foram o PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a já informada acima, Lei Orçamentária Anual.

3.2 Da Gestão Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual nº 2.857 de 07 de novembro de 2024, previu a receita e fixou a despesa na seguinte ordem:

Consolidado	Previsto/Fixado - R\$	Atualizada - R\$	Realizada - R\$
Receita	328.404.484,39	330.148.944,91	346.137.371,64
Despesa	328.404.484,39	355.252.039,42	294.813.578,21

Analizando a receita prevista com a arrecadada, podemos concluir que a receita foi arrecadada além da previsão gerando um excesso de arrecadação de R\$ 17.732.887,25 (Dezessete milhões, setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo:

Quanto as despesas obtivemos o seguinte desempenho:

Demonstração da Despesa 2025	Consolidado - R\$
Despesa Fixada/atualizada	355.252.039,42
Despesa Realizada - Empenhada	294.813.578,21



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Economia Orçamentária	60.438.461,21
------------------------------	---------------

Comparando a Receita arrecadada e a despesa realizada (empenhada) no exercício, com base no Balanço Orçamentário, podemos verificar que houve um resultado positivo no montante de R\$ 51.323.793,43, conforme quadro abaixo:

Resultado da Execução Orçamentária 2025	Consolidado
Receita Arrecadada	346.137.371,64
(-) Despesa Realizada	294.813.578,21
Resultado orçamentário - Superávit	51.323.793,43

A execução orçamentária consolidada apresentou os seguintes resultados:

- Dotação atualizada: R\$ 355,25 milhões
- Despesa empenhada: R\$ 294,81 milhões
- Execução: 82,97% da dotação

Avaliação técnica:

- Execução orçamentária adequada, sem indícios de descontrole fiscal.
- Margem de economia orçamentária significativa (R\$ 60,43 milhões).
- Baixo risco de super execução orçamentária.

✓ Conclusão: Execução orçamentária regular e eficiente.



3.3 Gastos com manutenção e Desenvolvimento do Ensino

As despesas realizadas na área da educação devem observar o disposto no art. 212 da Constituição Federal do Brasil, o qual estabelece que os Municípios aplicarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para fins de verificação do cumprimento desse preceito, foram consideradas as informações constantes do Anexo 8 do RREO, nos termos do art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo resultado encontra-se discriminado a seguir.

Dessa forma, constatou-se que o Município aplicou, no exercício financeiro de 2025, o percentual de 30,01% (trinta inteiros e um centésimo por cento), atendendo, portanto, ao mínimo constitucional exigido.

No que se refere ao cumprimento do art. 212-A, inciso XI, da Constituição Federal, verificou-se que o Município aplicou o percentual de 75,69% (setenta e cinco inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), conforme dados disponibilizados no Painel de Controle do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

3.4 Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde

As despesas realizadas na área da saúde atingiram o percentual de 21,01% (vinte e um inteiros e um centésimo por cento), conforme dados divulgados no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, superando, portanto, o limite mínimo constitucional de 15% (quinze por cento) a ser aplicado pelos Municípios.



Tal exigência encontra-se estabelecida na Emenda Constitucional nº 29 e regulamentada pela Lei Complementar nº 141, especialmente em seu art. 7º, o qual dispõe sobre o percentual mínimo da arrecadação de impostos a que se refere o art. 156, bem como dos recursos previstos nos arts. 158 e 159, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal do Brasil, a ser obrigatoriamente destinado às ações e serviços públicos de saúde.

3.5 Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal e encargos sociais realizadas no presente exercício, com base nos dados apurados do Poder Executivo, totalizaram o montante de R\$ 111.188.563,33 (cento e onze milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos), em relação à Receita Corrente Líquida apurada no valor de R\$ 294.751.218,95 (duzentos e noventa e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

Dessa forma, verifica-se que as referidas despesas corresponderam ao percentual de 38,60% (trinta e oito inteiros e sessenta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida, no âmbito do Poder Executivo, conforme demonstrativo detalhado a seguir, em consonância com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

	Consolidado	Prefeitura	Câmara
Percentuais Máximos LRF	60,00%	54,00%	6,00%
Percentuais Aplicados	40,40	38,60	1,81



3.6 Da Execução Financeira - Disponibilidades

As demonstrações das disponibilidades líquidas relativas ao exercício financeiro de 2025 encontram-se apresentadas a seguir, em conformidade com as disposições aplicáveis da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Balanco Financeiro - Anexo XIII		Consolidado
Saldo financeiro do exercício anterior - 2024		60.518.975,98
(+) Receitas 2025		454.889.372,97
Receitas Orçamentárias	331.088.349,98	
Receitas extraorçamentárias + Transferências Financeiras Recebidas	123.801,022,99	515.408.348,95
(-) Despesas 2025		419.882.826,08
Despesas Orçamentárias	279.664.073,09	
Despesas extraorçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas	140.218,752,99	
Saldo para o exercício seguinte		95.525.522,87



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A seguir demonstramos o Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras, discriminadas entre as contas de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como Investimentos e Aplicações de Curto Prazo, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis:

Conta: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
ÓRGÃO	SALDO EM 31/12/2025
Câmara Municipal de Santa de Jetibá	R\$ 613.071,84
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 17.918.520,26
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá	R\$ 76.949.477,52
Instituto de Previdência dos Servidores - RPPS	R\$ 44.453,25
● Subtotal	R\$ 95.525.522,87
Conta: INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES A CURTO PRAZO	
Instituto de Previdência dos Servidores - RPPS	R\$ 145.318.197,05
Total geral	R\$ 240.843.719,92

- Receita realizada: R\$ 347,75 milhões
- Previsão atualizada: R\$ 330,21 milhões



- Superávit de arrecadação: R\$ 17,53 milhões

Análise:

- Superávit financeiro relevante indica capacidade de arrecadação superior à estimativa.
- Boa performance fiscal.
- Demonstra equilíbrio fiscal e capacidade de geração de poupança corrente.

Conclusão: Financeiro positivo, porém com inconsistência sistêmica.

3.7 Da Execução Patrimonial

No decorrer do exercício, o Município de Santa Maria de Jetibá, no âmbito da execução orçamentária e financeira, apurou uma variação patrimonial positiva no montante de R\$ 35.067.062,73 (trinta e cinco milhões, sessenta e sete mil, sessenta e dois reais e setenta e três centavos), conforme demonstrativo apresentado a seguir:

Saldo Patrimonial	Consolidado
Saldo Patrimonial 2024	R\$ 183.525.052,28
(+) resultado do exercício 2025	R\$ 35.067.062,73
(+) ajustes de exercícios anteriores	R\$ (195.520,50)
Saldo Patrimonial do Exercício - 2025	R\$ 218.392.594,51



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Total do Ativo Real	R\$ 531.225.148,58	Total do Passivo Real	R\$ 312.832.554,07
		Ativo Real Líquido	R\$ 218.392.594,51

BENS MÓVEIS

Consolidado	2024	2025
Saldo da Conta - Bens Móveis	R\$ 65.708.587,42	R\$ 71.693.117,46
(-) Depreciação	R\$ (19.209.473,41)	R\$ (26.688.300,72)
Bens Móveis	R\$ 46.499.114,01	R\$ 45.004.816,74

BENS INTANGÍVEIS

Consolidado	2024	2025
Saldo da Conta - Bens Intangíveis	R\$ 239.468,15	R\$ 239.296,43

BENS IMÓVEIS

Consolidado	2024	2025
-------------	------	------

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Saldo da Conta - Bens Imóveis	R\$ 210.684.664,08	R\$ 221.003.101,91
(-) Depreciação	R\$ (3.123.301,81)	R\$ (4.566.297,26)
Bens Imóveis	R\$ 207.561.362,27	R\$ 216.436.804,65

BENS EM ALMOXARIFADO - 2025

Consolidado	2024	2025
Saldo da Conta - Bens em Almojarifado	R\$ 15.474.112,11	R\$ 13.679.054,04

RESUMO

Saldo da conta - Estoque Almojarifado - 2025

Câmara Municipal	R\$ 37.464,46
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 5.427.863,71
Prefeitura Municipal	R\$ 8.189.556,69
Instituto de Previdência	R\$ 24.169,18
Total.....	R\$ 13.679.054,04



3.8 Restos a pagar

Verificou-se, no Balanço Financeiro, o registro das inscrições e dos pagamentos de Restos a Pagar, tanto processados quanto não processados, conforme demonstrativo apresentado a seguir, em observância às disposições da Lei nº 4.320.

Saldo Restos a Pagar Não Processados 2025	R\$ 17.485.639,90
Saldo Restos a Pagar Processados 2025	R\$ 2.330.938,64

3.9 Dívida Fundada

Na conta contábil nº 222310198004 – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA), decorrente de operação de crédito firmada junto à Caixa Econômica Federal, destinada à execução de obras de pavimentação asfáltica na zona rural, foi identificado saldo no montante de R\$ 10.897.161,29 (dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e um reais e vinte e nove centavos).

Entretanto, no Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), consta registrado o valor de R\$ 11.151.823,14 (onze milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e três reais e quatorze centavos) a título de financiamentos, evidenciando divergência entre os registros, razão pela qual se faz necessária a devida conciliação e ajuste das informações.



Adicionalmente, verifica-se que, no Anexo 2 do RGF, na data de 31/12/2025, consta saldo na conta “Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) – vencidos e não pagos”, no valor de R\$ 13.181,22 (treze mil, cento e oitenta e um reais e vinte e dois centavos).

Todavia, ao se proceder à análise do BALVER – Balancete de Verificação, foi apurado saldo no montante de R\$ 1.550.944,84 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), configurando, igualmente, inconsistência contábil relevante, a qual demanda apuração detalhada, conciliação dos registros e posterior regularização, nos termos da legislação vigente e dos princípios aplicáveis à administração pública.

3.10 Dívida Flutuante

Procedendo à análise da dívida flutuante, com fundamento nas informações constantes do Anexo XVII – Demonstrativo da Dívida Flutuante – Consolidado, apresentam-se os respectivos saldos apurados a seguir discriminados.

Ainda, foram identificados saldos relativos a Restos a Pagar, abrangendo tanto exercícios anteriores quanto o exercício corrente, conforme demonstrativo a seguir, em conformidade com as disposições da Lei nº 4.320.

Restos a Pagar Processados e não processados

- Anos anteriores - R\$ 12.851.151,39
- Exercício 2025 - R\$ 42.788.360,85
- Cancelamento 2025 - R\$ 1.509.622,86



➤ Baixa 2025- R\$ 33.569.566,21

Saldo atual..... R\$ 20.600.463,60

3.11 Dívida Ativa

A seguir demonstramos a Dívida Ativa Tributária e não Tributária:

Dívida Ativa Não Tributária - 2025	
(+) Saldo do exercício anterior	R\$ 6.381.202,27
(+) Inscrições do Exercício	R\$ 962.269,49
(+) Atualizações	R\$ 965.311,27
(-) Baixas por cancelamento	R\$ 57.043,74
(-) Compensações	R\$ 998,84
(-) Outras baixas	R\$ 505.990,27
(-) Baixas por pagamento	R\$ 29.217,64
Subtotal	R\$ 7.715.532,54
(-) Ajuste de Perdas de D. A. Não Tributária	R\$ 2.295.156,38
(=) Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 5.520.376,16



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dívida Ativa Tributária - 2025	
(+) Saldo do exercício anterior	R\$ 1.361.792,16
(+) Inscrições do Exercício	R\$ 1.851.184,63
(+) Atualizações	R\$ 362.387,63
(-) Baixas por cancelamento	R\$ 116.762,66
(-) Baixas por pagamento	R\$ 1.460.365,01
(-) Baixas por compensação	R\$ 0,00
(-) Outras baixas	R\$ 0,00
Subtotal	R\$ 3.368.113,97
(-) Ajuste de Perdas de D. A. Tributária	R\$ 1.272.242,30
(=) Dívida Ativa Tributária	R\$ 2.095.871,67
Total após Ajuste de Perdas	R\$ 7.616.247,83

	2025	2024	2023	2022
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	3.368.113,97	R\$ 2.731.669,38	R\$ 1.920.365,73	R\$ 1.647.488,27
(-) Ajuste de Perdas	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.046.814,05)

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subtotal	2.095.871,67	R\$ 1.459.427,08	R\$ 648.123,43	R\$ 600.674,22
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 7.715.532,54	R\$ 6.381.202,27	R\$ 2.291.155,81	R\$ 1.455.565,12
(-) Ajuste de Perdas	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (1.397.633,63)
Subtotal	R\$ 5.520.376,16	R\$ 4.186.045,89	R\$ 95.999,43	R\$ 57.931,49
Total	R\$ 7.616.247,83	R\$ 5.645.472,97	R\$ 744.122,86	R\$ 658.605,71

3.12 Evidenciação de Resultados - Consolidação

Com o objetivo de evidenciar se os demonstrativos contábeis refletem adequadamente a consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras, bem como verificar a compatibilidade entre os registros apresentados e as respectivas consolidações contábeis, procede-se às comparações abaixo discriminadas, em observância às normas de contabilidade aplicadas ao setor público e às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 4.320.

Orçamentária 2025

Órgão	Dotação Inicial	Dotação atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
Câmara	12.232.792,48	11.232.792,48	6.587.484,31	6.576.830,04	6.570.648,92



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto	23.016.536,63	23.016.536,63	15.142.028,91	15.129.926,86	15.125.843,16
Saúde	70.410.374,86	81.472.475,88	74.273.531,43	71.941.802,24	71.529.810,99
Prefeitura	222.744.780,42	239.530.234,43	198.810.533,56	184.574.401,65	182.675.466,23
Total	328.404.484,39	355.252.039,42	294.813.578,21	278.222.960,79	275.901.769,30

Financeira 2025

Órgão	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realizada
Câmara	0,00	0,00	0,00
Instituto	23.016.536,63	23.016.536,63	40.898.170,31
Saúde	19.817.478,14	21.561.938,66	30.756.581,71
Prefeitura	285.636.469,62	285.636.469,62	276.099.619,19
Total	328.470.484,39	330.214.944,91	347.754.371,21

Verifica-se, a partir do relatório acima mencionado, a existência de divergência significativa entre o relatório de execução financeira da receita extraído do sistema E&L e os valores constantes na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada.

Entretanto, ao se proceder à análise do Balancete de Execução orçamentária obtido junto ao sistema Cidades, constata-se a convergência dos valores com aqueles fixados na LOA, evidenciando compatibilidade entre o instrumento orçamentário aprovado e o respectivo registro contábil, ainda que subsista inconsistência entre os sistemas utilizados, a qual demanda conciliação e saneamento das informações.

Patrimonial 2025

Órgão	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Total Ativo	Total do Passivo	Passivo + PL
-------	------------------------	--------------------	-------------	------------------	--------------



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Instituto	(15.141.828,09)	(40.438.085,28)	235.600.310,98	276.038.396,26	235.600.310,98
Saúde	5.951.536,42	34.918.181,31	40.500.269,33	5.582.088,02	40.500.269,33
Prefeitura	46.040.119,10	218.014.438,70	340.090.431,15	122.075.992,45	340.090.431,15
Consolidado	35.067.062,73	218.392.594,51	531.225.148,58	312.832.554,07	531.225.148,58

QUADRO RESUMO – ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO (EXERCÍCIO 2025)

Dimensão Analisada	Resultado Apurado	Situação / Avaliação	Observações Técnicas
Execução Orçamentária	82,97% da dotação empenhada	Regular	Boa execução da despesa, com baixa discrepância entre empenho, liquidação e pagamento
Liquidação e Pagamento	94,37% liquidado / 99,16% pago	Adequado	Baixo volume de restos a pagar processados
Execução Financeira da Receita	R\$ 347.754.371,21 arrecadados	Superavitária	Receita superior à previsão atualizada
Compatibilidade de Sistemas (E&L x Cidades)	Divergente	Com ressalvas	Inconsistência entre sistemas contábeis, demandando conciliação
Resultado Patrimonial Consolidado	Superávit de R\$ 35.067.062,73	Positivo	Equilíbrio patrimonial global mantido
Patrimônio Líquido Consolidado	R\$ 218.392.594,51	Positivo	Estrutura patrimonial equilibrada
Instituto – Resultado Patrimonial	Déficit de R\$ 15.141.828,09	Atenção	Patrimônio líquido negativo relevante (déficit atuarial)
Saúde – Resultado Patrimonial	Superávit de R\$ 5.951.536,42	Positivo	Contribuição favorável ao resultado consolidado
Prefeitura – Resultado Patrimonial	Superávit de R\$ 46.040.119,10	Positivo	Principal responsável pelo equilíbrio consolidado



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dimensão Analisada	Resultado Apurado	Situação / Avaliação	Observações Técnicas
Conformidade Geral dos Demonstrativos	Parcialmente compatível	Regular com ressalvas	Necessidade de ajustes e conciliações sistêmicas

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES

Página 42 de 65

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por

Múltiplos signatários

em: 29/04/2026 13:22.



3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Procedemos ao exame técnico da prestação de contas anual, elaborada sob a responsabilidade do Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, na qualidade de Prefeito Municipal do Município de Santa Maria de Jetibá, referente ao exercício financeiro de 2025, em conformidade com as normas aplicáveis à Administração Pública e aos princípios que regem a gestão fiscal.

A análise foi conduzida com base nos objetos e pontos de controle previamente definidos, conforme detalhado no item 1 desta manifestação, contemplando a verificação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e conformidade dos atos de gestão praticados no período.

Diante dos exames realizados e das evidências obtidas, concluímos, sob o prisma técnico, que a referida prestação de contas deve ser classificada como **regular com ressalvas**, haja vista a identificação de impropriedades e/ou inconsistências de natureza formal que, embora não comprometam de forma material a regularidade da gestão nem resultem em dano ao erário, demandam registro e adoção de medidas corretivas por parte do responsável.

2.1 Ressalvas:

As ressalvas ora consignadas decorrem das constatações e inconformidades evidenciadas no item 1.2 desta manifestação, as quais, embora não comprometam de forma substancial a regularidade das contas, requerem providências corretivas por parte da gestão.

Com vistas ao saneamento das impropriedades identificadas e ao aprimoramento dos controles internos, recomenda-se que o Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, apresente Plano de Ação detalhado até o prazo máximo de **31 de julho de 2026**, contemplando a definição de medidas corretivas, metas, responsáveis e respectivos prazos para implementação, de modo a assegurar a plena conformidade dos procedimentos administrativos e contábeis.

Santa Maria de Jetibá, 29 de abril de 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Priscila Jacob Knaak
Controladora Geral Interna
Portaria nº 1331/2025



ANEXO ÚNICO – DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

RELATÓRIO TÉCNICO **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** (Contas de Governo)

INTRODUÇÃO

A adequada prestação de contas no âmbito da administração pública constitui um dos pilares da transparência, da responsabilidade fiscal e do fortalecimento do controle social, na medida em que viabiliza a análise consistente da gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, a contabilidade aplicada ao setor público desempenha função estratégica ao registrar, organizar e evidenciar os atos e fatos da administração, permitindo a mensuração dos resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais.

A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 101, estabelece os demonstrativos contábeis essenciais para essa finalidade — Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais — os quais constituem a base informacional da prestação de contas governamental.

Com a evolução normativa e a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente a NBC TSP 11, ampliaram o conjunto de demonstrações obrigatórias, incorporando instrumentos que aprimoram a transparência e a qualidade da informação contábil, tais como a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Econômico, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Esse conjunto normativo é operacionalizado por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, elaborado em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001, consolidando diretrizes técnicas que orientam a elaboração, padronização e divulgação das informações contábeis no setor público.

Ao final de cada exercício financeiro, a obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis, devidamente assinadas pelas autoridades responsáveis e



por profissional habilitado, assegura a disponibilização de informações íntegras e confiáveis à sociedade e aos órgãos de controle. Tais demonstrativos constituem instrumentos indispensáveis para a avaliação do desempenho da gestão pública, permitindo a verificação da situação fiscal e patrimonial do ente, bem como a aferição dos resultados alcançados no período.

Nesse cenário, destaca-se o papel institucional da Controladoria Geral Interna do Poder Executivo como órgão central do sistema de controle interno, responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em consonância com o art. 70 da Constituição Federal. Compete a esse órgão não apenas verificar a exatidão das demonstrações contábeis, mas também coordenar o processo de elaboração da prestação de contas anual, promover a integração entre os diversos órgãos da administração e subsidiar o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, em observância ao disposto no art. 74 da Carta Magna.

Dessa forma, a elaboração da Prestação de Contas Anual demanda rigor técnico e estrita observância às normas legais e infralegais aplicáveis, incluindo as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado. Nesse contexto, a análise ora apresentada fundamenta-se nas disposições normativas vigentes e nos documentos que compõem a prestação de contas, com o propósito de examinar, de forma sistemática e criteriosa, os aspectos contábeis, financeiros e patrimoniais da gestão pública municipal, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência e da accountability no âmbito da administração pública.

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

Ponto de Controle: 1.1.3

Base Legal: CRFB/88, art. 168

Procedimento: Foram analisadas, com base nas informações disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, na aba “Repasses” → “Transferências Intraorçamentárias”, as transferências realizadas ao Poder Legislativo durante o exercício de 2025. Constatou-se que foi repassado o montante de R\$ 12.232.792,48,



tendo sido devolvido, no mesmo período, o valor de R\$ 7.686.537,62. Adicionalmente, verificou-se que dois repasses do duodécimo foram efetuados de forma intempestiva, em desacordo com o prazo estabelecido no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, bem como com as disposições da IN SIF nº 004/2021.

Critério De Classificação:

➤ **Atende parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas dois pagamentos de duodécimos após o vigésimo dia.

1.2. Gestão Previdenciária

Ponto de Controle: 1.2.13 - Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.

Procedimento: Verificou-se, por meio do Balancete Analítico de Receitas e Despesas do RPPS conforme detalhado na tabela, que as receitas arrecadadas no exercício de 2025 superaram as despesas do mesmo período, resultando em superávit e assegurando o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.

Receitas		Despesas	
Receitas Correntes	R\$ 25.852.789,02	Despesas Correntes	R\$ 15.135.887,21
		Despesas Correntes - Intra-Orçamentária	R\$ 5.061,90
Receitas Correntes - Intra orçamentárias	R\$ 15.045.381,29	Despesas de Capital	R\$ 539,80
<u>Total</u>	R\$ 40.898.170,31	<u>Total</u>	R\$ 15.136.427,01
		<u>Superávit</u>	R\$ 25.761.743,30

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

➤ **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.



Ponto de Controle: 1.2.14 - Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.

Procedimento: Com base no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, o IPS apresentou resultado atuarial deficitário de R\$ 129.249.627,86, bem como déficit atuarial a equacionar no montante de R\$ 40.293.928,33. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de revisão do plano de amortização vigente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhada, foram identificadas irregularidades que evidenciam a existência de desequilíbrio atuarial, configurando distorção relevante que demanda revisão e adoção de medidas corretivas.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle: 1.3.5 - Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis

Base Legal: Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.

Procedimento: Foram confrontados os dados constantes nos relatórios da Dívida Ativa com aqueles evidenciados no Balanço Patrimonial, não tendo sido identificadas divergências quanto aos valores apresentados.

Dívida Ativa Não Tributária - 2025	
(+) Saldo do exercício anterior	R\$ 6.381.202,27
(+) Inscrições do Exercício	R\$ 962.269,49
(+) Atualizações	R\$ 965.311,27
(-) Baixas por cancelamento	R\$ 57.043,74
(-) Compensações	R\$ 998,84
(-) Outras baixas	R\$ 505.990,27
(-) Baixas por pagamento	R\$ 29.217,64



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subtotal	R\$ 7.715.532,54
(-) Ajuste de Perdas de D. A. Não Tributária	R\$ 2.295.156,38
(=) Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 5.520.376,16
Dívida Ativa Tributária - 2025	
(+) Saldo do exercício anterior	R\$ 1.361.792,16
(+) Inscrições do Exercício	R\$ 1.851.184,63
(+) Atualizações	R\$ 362.387,63
(-) Baixas por cancelamento	R\$ 116.762,66
(-) Baixas por pagamento	R\$ 1.460.365,01
(-) Baixas por compensação	R\$ 0,00
(-) Outras baixas	R\$ 0,00
Subtotal	R\$ 3.368.113,97
(-) Ajuste de Perdas de D. A. Tributária	R\$ 1.272.242,30
(=) Dívida Ativa Tributária	R\$ 2.095.871,67
Total após Ajuste de Perdas	R\$ 7.616.247,83

Entretanto, verificou-se a ausência de atualização dos ajustes de perdas, o que pode acarretar distorções na adequada representação contábil dos créditos a receber, comprometendo sua mensuração pelo valor realizável líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

	2025	2024	2023	2022
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.368.113,97	R\$ 2.731.669,38	R\$ 1.920.365,73	R\$ 1.647.488,27
(-) Ajuste de Perdas	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.272.242,30)	R\$ (1.046.814,05)
Subtotal	2.095.871,67	R\$ 1.459.427,08	R\$ 648.123,43	R\$ 600.674,22
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 7.715.532,54	R\$ 6.381.202,27	R\$ 2.291.155,81	R\$ 1.455.565,12
(-) Ajuste de Perdas	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (2.195.156,38)	R\$ (1.397.633,63)



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subtotal	R\$ 5.520.376,16	R\$ 4.186.045,89	R\$ 95.999,43	R\$ 57.931,49
Total	R\$ 7.616.247,83	R\$ 5.645.472,97	R\$ 744.122,86	R\$ 658.605,71

Critério De Classificação

- **Atende Parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas que são necessárias melhorias nos registros contábeis.

Ponto de Controle: 1.3.6 - Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular

Base Legal: LC 101/2000, art. 11.

Procedimento: Na avaliação das medidas adotadas para a cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente federativo, constatou-se que as ações de cobrança alcançam apenas 35,6% (R\$ 2.710.840,15) do montante total da dívida (R\$ 7.616.247,83), o que evidencia a existência de margem para o aprimoramento da efetividade das cobranças, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Dívida Ativa Tributária - Lançada para Protesto em Cartório		
Situação	Total	%
Protesto Cartório	R\$ 88.644,60	72,44%
Pré-Protesto Cartório	R\$ 6.741,77	5,51%
Parcelado	R\$ 8.745,43	7,15%
Baixa Parcelamento	R\$ 5.789,36	4,73%
Pago	R\$ 12.444,79	10,17%
Subtotal	R\$ 122.365,95	100,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Lançada para Protesto em Cartório		
Situação	Total	%
Pré-Protesto Cartório	R\$ 139.653,53	6,00%
Protesto Cartório	R\$ 2.188.515,40	94,00%
Subtotal	R\$ 2.328.168,93	100,00%
Total da Dívida Ativa - Protesto em Cartório	R\$ 2.450.534,88	
Dívida Ativa Não Tributária - Cobrança Judicial		
Cobrança Judicial	R\$ 260.305,27	



Total da Dívida Ativa - Cartório e Cobrança Judicial	R\$ 2.710.840,15	
--	------------------	--

Critério De Classificação:

- **Atende parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhada, foi identificado que as medidas adotadas para cobrança de dívidas ativas são insuficientes, alcançando apenas 35,6% do total da dívida, necessitando de ampliação da efetividade das cobranças.

1.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle: 1.4.1 - Educação – aplicação mínima.

Base Legal: CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021.

Procedimento: Nos termos do art. 212 da Constituição Federal de 1988, os entes federativos devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos — incluídas as transferências — na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Essa informação é publicada periodicamente no Anexo VIII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

De acordo com a linha 3 do RREO (12/2025), o total da receita resultante de impostos foi de R\$ 226.432.206,67, o que implica a obrigatoriedade de aplicação mínima de R\$ 56.608.051,67 em MDE.

Conforme demonstrado na linha 29 do referido relatório, o Município empenhou R\$ 67.956.119,90 em despesas com MDE, montante que corresponde a 30,01% da receita considerada. Verifica-se, portanto, o cumprimento do limite constitucional, com aplicação superior ao percentual mínimo exigido pela legislação. Cabe ressaltar que esse valor é o mesmo calculado automaticamente pelo Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades da PCA.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.2 - Educação - remuneração dos profissionais do magistério.



Base Legal: CRFB/ 88, art. 212 - A - Inciso XI.

Procedimento: A Constituição Federal, em seu art. 212-A, estabelece que, no mínimo, 70% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) devem ser destinados ao pagamento dos profissionais da educação básica.

O percentual mínimo corresponde a 70% do Total das Receitas Recebidas do FUNDEB no exercício (linha 6 do Anexo VIII do RREO), deduzido o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) (linha 6.4 do Anexo VIII do RREO), que consiste em transferência efetuada pela União às redes públicas de ensino que cumprem as condicionalidades estabelecidas e demonstram melhoria nos indicadores educacionais. No exercício em análise, o montante mínimo a ser aplicado, conforme exigido pela legislação, foi de R\$ 28.143.966,81 (linha 15 do Anexo VIII do RREO). O Município aplicou R\$ 30.431.090,69 (linha 15 do Anexo VIII do RREO), o que corresponde a 75,69% dos recursos, percentual superior ao mínimo constitucional. O indicador divulgado no RREO está em consonância com o valor apurado automaticamente no Demonstrativo gerado pelo sistema Cidades da PCA.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.4 - Saúde – aplicação mínima.

Base Legal: CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.

Procedimento: Nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, é obrigatória a aplicação mínima de 15% das receitas realizadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo XII, o total de receitas realizadas até dezembro de 2025 foi de R\$ 219.357.732,27. No mesmo período, as despesas liquidadas em ASPS somaram R\$ 45.506.259,50, além de R\$ 578.181,34 inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Dessa forma, o montante total aplicado em ASPS alcançou R\$ 46.084.440,84, correspondente a 21,01% das receitas realizadas, percentual superior ao mínimo constitucionalmente exigido.



Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.7 - Despesas com pessoal – limite

Base Legal: LC 101/2000, arts. 19 e 20

Procedimento: Foram utilizadas informações extraídas do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º semestre, obtidas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES, no Portal da Transparência – seção Pessoal, bem como dados coletados no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com o RGF do 2º semestre de 2025, a Receita Corrente Líquida foi de R\$ 288.090.554,94. A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo somou R\$ 111.102.666,49, enquanto no Poder Legislativo atingiu R\$ 5.212.981,82, perfazendo o montante consolidado de R\$ 116.315.648,31.

Esses valores foram confrontados com aqueles publicados no Painel de Controle do TCE-ES, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Despesa Total Pessoal (Art. 19, LRF) (em reais)	Sistema E&L (a)	TCE (b)	Diferença (a-b)
Limite	60%	60%	
Receita Corrente Líquida	288.090.554,94	288.090.554,94	0,00
Limite (60%)	172.854.332,96	172.854.332,96	0,00
Consolidado - Despesa Total	116.315.648,31	116.401.545,15	-85.896,84
Percentual atingido	40,37%	40,40%	-0,03%

Despesa Total Pessoal (Art. 20, LRF) (em reais)	Sistema E&L (a)	TCE (b)	Diferença (a-b)
Limite	54%	54%	
Receita Corrente Líquida	288.090.554,94	288.090.554,94	0,00
Limite (60%)	155.568.899,67	155.568.899,67	0,00
Poder Executivo - Despesa Total	111.102.666,49	111.188.563,33	-85.896,84
Percentual atingido	38,57%	38,60%	-0,03%

Dessa forma, verifica-se a existência de uma divergência de R\$ 85.896,84 entre a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo informada no RGF e o valor



divulgado no Portal Cidades. Diante disso, torna-se necessária a realização de análise pela Contabilidade, a fim de identificar a origem dessa diferença.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluída a análise detalhada, foram identificadas divergências entre os valores de Despesas de Pessoal gerados pelo sistema e aqueles calculados pelo Portal Cidades, as quais devem ser verificadas.

Ponto de Controle: 1.4.8 - Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato

Base Legal: LC 101/2000, art. 21.

Procedimento: Elaborou-se tabela demonstrativa das despesas com pessoal constantes no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do exercício de 2025, conforme detalhado a seguir:

2025	Legislativo	Executivo	Consolidado
janeiro	R\$ 356.059,92	R\$ 7.030.721,26	R\$ 7.386.781,18
fevereiro	R\$ 344.110,81	R\$ 7.716.527,43	R\$ 8.060.638,21
março	R\$ 336.014,04	R\$ 8.014.982,67	R\$ 8.350.996,65
abril	R\$ 363.093,17	R\$ 8.510.976,49	R\$ 8.874.069,68
maio	R\$ 401.249,00	R\$ 8.731.419,21	R\$ 9.132.668,34
junho	R\$ 415.122,79	R\$ 9.094.119,68	R\$ 9.509.242,64
julho	R\$ 411.077,56	R\$ 8.968.446,88	R\$ 9.379.524,59
agosto	R\$ 410.914,72	R\$ 8.873.498,58	R\$ 9.284.413,45
setembro	R\$ 397.346,03	R\$ 10.434.450,45	R\$ 10.831.796,60
outubro	R\$ 418.629,02	R\$ 9.004.875,41	R\$ 9.423.504,61
novembro	R\$ 502.555,36	R\$ 8.928.000,72	R\$ 9.430.556,49
dezembro	R\$ 856.809,40	R\$ 15.794.647,71	R\$ 16.651.458,52
Total	<u>R\$ 5.212.981,82</u>	<u>R\$ 111.102.666,49</u>	<u>R\$ 116.315.648,31</u>

Com efeito, na LOA 2025 (Lei nº 2.857/2024), em seu Anexo I – Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo as Categorias Econômicas, foi fixado o montante de R\$ 149.898.902,94 para despesas com Pessoal e Encargos Sociais.



Adicionalmente, conforme a Lei nº 2.861/2024, o Chefe do Poder Executivo foi autorizado a transpor, remanejar e transferir recursos entre categorias de programação ou entre órgãos, mediante abertura de créditos adicionais até o limite de 40% dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, utilizando-se de: (i) anulação parcial ou total de dotações; (ii) superávit financeiro do exercício anterior, devidamente apurado em balanço; e (iii) excesso de arrecadação.

Nesse contexto, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 7.037.154,49, conforme a Lei nº 2.892/2025, em observância aos limites e critérios estabelecidos no art. 6º da Lei nº 2.861/2024. Por fim, registra-se que, por meio das Leis nº 2.534/2022, nº 2.568/2022, nº 2.626/2022, nº 2.875/2025, nº 2.897/2025, nº 2.905/2025 e nº 2.967/2025, foram concedidas revisões gerais de remuneração aos servidores, o que também contribuiu para o aumento das despesas com pessoal no período analisado.

Todavia, tais variações mostram-se compatíveis com o disposto no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que houve previsão orçamentária suficiente.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.10 - Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações

Base Legal: LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.

Procedimento: As despesas totais com pessoal não atingiram o limite prudencial de 95% do limite máximo permitido para o respectivo Poder, razão pela qual não houve necessidade de adoção de medidas de contenção.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.11 - Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção

Base Legal: LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.



Procedimento: As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite estabelecido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual não se fez necessária a adoção das medidas saneadoras previstas no art. 23.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.12 - Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO.

Base Legal: CRFB/88, art. 169, § 1º.

Procedimento: Os atos que ensejaram o aumento das despesas com pessoal observaram as disposições estabelecidas no art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal juntamente com art. 169, § 1º da Constituição Federal de 1988.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.14 - Transferências para o Poder Legislativo Municipal

Base Legal: CRFB/88, art. 29-A, § 2º.

Procedimento: Conforme informações obtidas via sistema E&L, tomando por base a receita efetiva de 2024 de R\$ 208.170.617,91 multiplicada pela alíquota de 7%. que é a alíquota aplicada para municípios de até 100.000 habitantes, tem o teto máximo de R\$ 14.571.943,25, que é maior que o valor de R\$ 12.232.792,48 repassado em 2025.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 1.4.15 - Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente.

Base Legal: LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

Procedimento: Nos termos do art. 31 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a dívida consolidada líquida deve observar os limites



estabelecidos ao final de cada quadrimestre, sendo que eventual excesso deve ser reconduzido nos prazos e condições ali definidos. Ademais, conforme o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, são fixados os limites globais para o montante da dívida consolidada dos entes federativos em relação à Receita Corrente Líquida.

Conforme RGF 2º Semestre de 2025, a Dívida Consolidada totalizou R\$ 11.165.004,36. Considerando as deduções de R\$ 92.412.458,38, apura-se uma Dívida Consolidada Líquida negativa de R\$ 81.247.457,02, evidenciando que as disponibilidades de caixa brutas superam o montante total da dívida pública.

Destaca-se, ainda, que a Dívida Consolidada corresponde a 3,83% da Receita Corrente Líquida, que soma R\$ 291.351.218,94.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Ponto de Controle: 2.1.1 - LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.

Base Legal: CRFB/88, art. 165, § 1º.

Procedimento: Verificou-se que as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO do exercício estão compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.1.2 - LDO – limitação de empenho

Base Legal: LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.



Procedimento: A LDO aprovada para o exercício, previu em seu art. 36 a limitação de empenho conforme as hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.1.3 - LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.

Base Legal: LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Procedimento: Verificou-se que a LDO do exercício prevê normas para o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários. Contudo, não foi implementado sistema de custos que permita avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em desacordo com o art. 50, § 3º da LC nº 101/2000.

Critério De Classificação:

- **Atende parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, verificou-se que não foi implementado um sistema de custos que é exigido pelo art. 50, § 3º da LC nº 101/2000.

Ponto de Controle: 2.1.4 - LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.

Base Legal: LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.

Procedimento: Identificou-se que no art. 17 da LDO continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.1.17 - Transparência na gestão - realização de audiências públicas.



Base Legal: LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.

Procedimento: Constatou-se que foram realizadas Audiências Públicas em 2025 para a participação popular nos projetos de Lei PPA 2026-2029 e LOA 2026 conforme publicado no Portal de Transparência do Município na aba “Contas Públicas” → “Audiências Públicas” também disponível no e-Docs (Processo 2025-Q4MMT). Ressalta-se, ainda, que as audiências públicas realizadas em exercícios anteriores também se encontram disponíveis no referido portal.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle: 2.2.21 - Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais.

Base Legal: LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.

Procedimento: Verificou-se que constam disponíveis no Portal de Transparência na aba de Contas Públicas PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e anual, RREO e RGF. No que se refere ao cumprimento das determinações constantes dos arts. 52 a 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram identificadas algumas inconsistências na estrutura dos Anexos 4 e 6 do RREO e do Anexo 2 do RGF.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende Parcialmente:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foram identificadas irregularidades na estrutura dos Anexos 4 e 6 do RREO e do Anexo 2 do RGF que precisam ser corrigidas.

Ponto de Controle: 2.2.22 - Transparência na gestão – execução orçamentária.

Base Legal: LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.

Procedimento: Nos termos do art. 48-A da LRF, conclui-se pelo seu atendimento, tendo em vista que o Portal da Transparência disponibiliza, nas abas “Receitas” e “Despesas”, informações detalhadas sobre as origens e destinações dos recursos do



ente federativo, discriminadas por unidade gestora, com a devida divulgação dos dados relativos aos atos praticados.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.2.23 - Transparência na gestão – prestação de contas.

Base Legal: LC 101/2000, art. 49.

Procedimento: Em conformidade com o art. 49 da LRF, verificou-se que as contas públicas permanecem disponíveis para apreciação da sociedade, estando as prestações de contas de todos os exercícios acessíveis no Portal da Transparência do Município, na aba “Controle Interno” → Prestação de Contas Anual.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.2.59 - Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)

Base Legal: LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.

Procedimento: Avaliação se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, com análise dos relatórios publicados no portal da transparência do sítio eletrônico do ente municipal.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, foi identificado que há publicação dos RGFs no Portal da Transparência mas não em Diário Oficial.

Ponto de Controle: 2.2.60 - Transparência na gestão - Conteúdo do RGF

Base Legal: LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Procedimento: Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:



- **Atende:** Com base na análise dos documentos, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Município de Santa Maria de Jetibá dos dois semestres de 2025 apresentam os elementos fundamentais exigidos pelo Art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no MDF.

2.3. Gestão patrimonial

Ponto de Controle: 2.3.1 - Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais.

Base Legal: CRFB/88, art. 100. /Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c. NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.

Procedimento: Na análise do Balanço Patrimonial de 2025, identificou-se o registro de R\$ 13.181,22 em precatórios vencidos e não pagos no Passivo Circulante. Contudo, o valor decorre de inconsistência sistêmica relacionada à anulação parcial de precatório, não representando obrigação exigível, devendo ser ajustado e evidenciado em notas explicativas. Ademais, conforme a Secretaria Jurídica, não houve pagamento de precatórios em 2025, nem há previsão para 2026.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.3.2 - Dívida pública – precatórios – pagamento.

Base Legal: CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.

Procedimento: Verificou-se que não houve pagamento de precatórios em 2025, nem previsão para 2026. Contudo, foi identificado precatório de natureza alimentar no valor de R\$ 83.406,09, com inclusão prevista no orçamento de 2027.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

2.4. Limites constitucionais e legais



Ponto de Controle: 2.4.2 - Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada

Base Legal: LC 101/2000, art. 30, § 7º.

Procedimento: No Balanço de 2025, identificou-se registro de R\$ 13.181,22 em precatórios vencidos, decorrente de inconsistência sistêmica ligada à anulação parcial de precatório, não representando obrigação a pagar e devendo ser ajustado contabilmente. Constatou-se ainda que não houve pagamento de precatórios em 2025, nem previsão para 2026.

Critério De Classificação:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

2.5. Gestão Previdenciária

Ponto de Controle: 2.5.2 - Base de cálculo de contribuições - RPPS

Base Legal: CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.

Procedimento: Verificamos a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo, por meio de análise de informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e informações presentes no site institucional.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.5.3 - Alíquota de contribuição – Fixação

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.

Procedimento: Verificamos se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária, por meio de análise de informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de



Jetibá, à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e informações presentes no site institucional.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Verificou-se em análise a Lei Municipal Complementar 2.643/2023 (art. 4º, incisos I, II, III, IV) que foram devidamente estabelecidas a fixação das alíquotas pertinentes a parte patronal e dos servidores ativos, inativos e pensionista, em respeito às legislações vigentes.

Ponto de Controle: 2.5.8 - Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores.

Base Legal: Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 75.

Procedimento: Verificamos se o ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio de análise de informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e informações presentes no site institucional.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Terminados os procedimentos de análise detalhados, conclui-se, a partir das informações prestadas, que o Ponto de Controle ainda não foi implementado. A viabilização deste depende do sistema a ser provido pela Gerência de Informática, conforme o Decreto nº 057/2026, cujo desenvolvimento ainda demanda tempo hábil.

Ponto de Controle: 2.5.9 - Disponibilização do registro individualizado ao segurado

Base Legal: Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VII; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.

Procedimento: Verificamos se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados às informações constantes de seu registro individualizado, por meio de análise de informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá e à Gerência de RH da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e informações presentes no site institucional.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:



- **Atende:** Terminados os procedimentos de análise detalhados, conclui-se, a partir das informações prestadas, que o Ponto de Controle ainda não foi implementado. A viabilização deste depende do sistema a ser provido pela Gerência de Informática, conforme o Decreto nº 057/2026, cujo desenvolvimento ainda demanda tempo hábil.

Ponto de Controle: 2.5.10- Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.

Procedimento: Verificamos se há acordos de parcelamento de débitos previdenciários e se os mesmos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada. Essa análise foi realizada com base em informações requeridas ao Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Maria de Jetibá..

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Segundo informações do Instituto não houve acordo de parcelamentos de débitos previdenciários vigentes, não havendo, assim, irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado.

Ponto de Controle: 2.5.26 - Censo Atuarial

Base Legal: Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.

Procedimento: Verificamos se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Em observância ao disposto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 10.887/2004, que estabelece a periodicidade máxima de 5 (cinco) anos para o recenseamento previdenciário, verificou-se que o RPPS realizou o último censo no exercício de 2024. Portanto, a Administração encontra-se em estrita conformidade com o prazo legal, não sendo identificadas inconformidades no ponto de controle analisado.



Ponto de Controle: 2.5.27 - Hipóteses Atuariais - Definição

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.

Procedimento: Verificamos se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Terminados os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado. Conclui-se que o relatório abrange todos os elementos mandatórios listados no ponto de controle da auditoria, consolidando informações sobre as reservas matemáticas, o fundo previdenciário e as estratégias de financiamento.

Ponto de Controle: 2.5.28 - Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta

Base Legal: CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.

Procedimento: Verificamos se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial, com análise de informações retiradas do site institucional e requeridas do Instituto de Previdência dos Servidores

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO:

- **Atende:** Concluídos os procedimentos de análise detalhados, não foram identificadas irregularidades passíveis de menção do ponto de controle analisado. Os resultados do relatório servirão de base técnica para a elaboração de um projeto de lei voltado à amortização desse déficit, havendo, portanto, integração direta entre o ente federativo, a unidade gestora e o atuário responsável.